

O tema do STF de número 839 trata sobre a possibilidade de um ato administrativo caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 6.694/82. Saber se portaria que disciplina tempo máximo de serviço de militar atende aos requisitos do art. 175 do ADCT.

O tema do STF de número 839 afirma que No exercício do seu poder de autotutela poderá a Administração Pública rever os atos de concessão de anistia a cabos da Aeronáutica com fundamento na Portaria nº 1.000/82 quando se comprovar a ausência de ato com motivação exclusivamente política assegurando-se ao anistiado em procedimento administrativo o devido processo legal e a não devolução das verbas já recebidas.